

Políticas públicas municipais: uma revisão na Plataforma Lattes¹

Kelly Gianezini

Visiting researcher na University of Florida (UF), docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) e dos cursos de graduação em Direito, Odontologia e Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). É líder do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU). Possui Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra (UC). É doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio de doutoramento na University of California, Los Angeles (UCLA). Possui Mestrado em Direito e Mestrado em Sociologia (UFRGS). É graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui Bacharelado em Ciências Sociais (UFRGS) e licenciatura em Sociologia (UNIJUÍ).

Letícia Manique Barretto

Mestranda pelo PPGDS e bolsista CAPES (Centro de Aperfeiçoamento de Nível de Ensino Superior). Possui bacharelado em Direito pela UNESC e é integrante do GEU.

Aline Cardoso Mangili

Mestranda pelo PPGDS e bolsista CAPES. Possui bacharelado em Administração pela Escola Superior de Criciúma (ESUCRI) e é integrante do GEU.

Marcos Soares Machado

Mestrando pelo PPGDS e Bacharel em Direito pela UNESC. Integrante do GEU.

Augusto Bitencourt

Estudante da graduação em Medicina pela UNESC. Integrante do GEU. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Tainá dos Santos Vitorino

Estudante da graduação em Odontologia pela UNESC. Integrante do GEU. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Nando Casagrande Monteiro

Estudante do ensino médio pelo colégio UNESC. Integrante do GEU. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC Jr./CNPq.

¹ Este artigo está vinculado à linha de pesquisa Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e faz parte de um projeto maior intitulado "A expansão da educação superior em Santa Catarina e as transformações resultantes das políticas públicas" o qual recebeu fomento por meio do edital nº 1.15/2020. Os autores agradecem aos colegas pesquisadores – professores e estudantes – pela atenta leitura crítica e criteriosa do material. Também agradecem aos pareceristas anônimos que contribuíram com sugestões relevantes as quais na medida do possível foram incorporadas para a versão final do artigo. Ademais, afirma-se que não há conflitos de interesse na publicação deste artigo e que ele contém interpretação analítica dos dados de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).

Resumo: As políticas públicas são desenvolvidas para serem implementadas em nível nacional, estadual e municipal. Logo, é também de responsabilidade dos municípios a criação de políticas públicas e sociais. Um dos objetivos do artigo é investigar quais tipos de políticas públicas municipais constituem a principal preferência para análise por parte dos(as) cientistas brasileiros(as). A finalidade é mensurar quais matérias aparecem de forma mais recorrente nos estudos e verificar se isso é um possível reflexo das políticas públicas realizadas no espaço municipal.

Palavras-chave: Políticas públicas; políticas sociais; desenvolvimento socioeconômico

Sumário: Introdução – **1** Políticas públicas, conceitos, ciclo de análise e tipologias – **2** Políticas sociais e ações afirmativas – **3** Revisão acerca das políticas públicas municipais na plataforma Lattes – Considerações finais – Referências

Introdução

É possível constatar-se, por meio de investigações realizadas anteriormente (GIANEZINI, 2014a; GIANEZINI, 2014b; GIANEZINI, 2017; GIANEZINI *et al.*, 2018; GIANEZINI *et al.*, 2016;

WESTRUP, GIANEZINI, 2018), a progressiva disposição dos pesquisadores(as) brasileiros(as) para desenvolver análises sobre políticas públicas. Isso tem ocorrido devido à disputa pelos recursos do Estado, o que motiva pesquisas para compreender a atuação dos diferentes atores envolvidos na elaboração e na implantação dessas políticas públicas (GIANEZINI, 2014a; GIANEZINI, 2014b; GIANEZINI, 2017).

Aliado a isso, nas últimas duas décadas, houve um expressivo aumento no volume de publicações científicas indexadas que produziu efeitos nocivos à saúde dos(as) pesquisadores(as) jovens e *seniors* (WESTRUP, GIANEZINI, 2018). Outra consequência foi a redução do impacto dessas publicações, que produziu o fenômeno *Salami Science* ou *Salami Slicing*.² Esse fenômeno alcançou todas as áreas do conhecimento e refere-se à fragmentação de grandes trabalhos com resultados científicos inéditos, inovadores e relevantes de uma mesma pesquisa, reduzindo-os às suas mínimas partes – logo abandonando a sua relevância em prol, incoerentemente, do menor impacto – as quais serão apresentadas em distintas publicações como se fossem resultados de pesquisas independentes.

Por essas duas razões (interesse crescente na temática das políticas públicas e desenfreada produção científica), está a cada dia que passa mais laborioso para os(as) pesquisadores(as) que orientam estudantes de iniciação científica (desde aqueles que se encontram ainda no ensino médio), da graduação, do mestrado, do doutorado e do pós-doutorado mapear as lacunas e os trabalhos mais influentes na literatura científica. Neste artigo, discute-se essa questão a partir de dois objetivos.

O primeiro objetivo é apresentar uma das formas metodológicas para o ensino dos estudantes acerca da investigação e descoberta de lacunas na literatura³ que requeiram conhecimentos específicos sobre organização das informações e metodologias adequadas de busca – evitando ter de recomeçar do zero toda vez que um novo aspirante a cientista ingressar na equipe.⁴ O segundo objetivo é investigar quais tipos de políticas públicas municipais constituem a principal preferência para análise por parte dos(as) cientistas brasileiros(as). A finalidade é mensurar quais matérias aparecem de forma mais recorrente nos estudos e verificar se isso é um possível reflexo das políticas públicas realizadas no espaço municipal.

As políticas públicas são desenvolvidas para serem implementadas em nível nacional, estadual e municipal. Na esfera acadêmica, na educação superior, as políticas públicas vêm sendo amplamente debatidas, em especial no que tange a políticas públicas em âmbito nacional. No entanto, a participação dos municípios na formulação de políticas sociais também deve ser analisada, haja vista a competência concorrente dos entes federativos na garantia de direitos fundamentais, como educação, saúde, moradia são estabelecidas de forma constitucional.

Assim, é também de responsabilidade dos municípios a criação de políticas públicas sociais. Paula (2019) advertiu, por outro lado, que “não há mais espaço para voluntarismos políticos irresponsáveis, devendo haver transparência, planejamento e justificativa dos Gestores Públicos acerca dos critérios utilizados para a eleição de qualquer política pública” (2019, p. 40). Portanto, o foco deste artigo recai sobre as políticas públicas idealizadas e executadas nos municípios. Para cumprir os objetivos definidos, este artigo contempla noções introdutórias sobre as políticas

² Traduzindo seria o “fatiamento de *salame*” ou “ciência *salame*”.

³ Conhecida por “revisão bibliométrica”, “revisão bibliográfica”, “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, é o primeiro procedimento sistêmico que qualquer pesquisador(a) necessita fazer antes de iniciar uma pesquisa científica. Ou seja, toda pesquisa científica requer prévio levantamento bibliográfico de qualidade. Cabe salientar que para nosso entendimento o melhor levantamento bibliográfico é aquele produzido em escala local, regional, nacional e internacional. Obviamente, por limite espacial, neste artigo será mostrado apenas um tipo de banco de dados onde se pode encontrar estudos acerca de uma dada temática aqui definida como políticas públicas municipais, a fim de evidenciar o crescimento de trabalhos nessa temática no Brasil. Portanto, não se pretende ser exaustivo neste artigo, mas introdutório e destinado a jovens pesquisadores(as), já que foi escrito em comunhão com futuros cientistas.

⁴ A propósito, aconselha-se que desde o princípio da investigação, o(a) pesquisador(a) tenha o cuidado de sistematizar as fontes de informação consultadas a fim de que não seja necessário refazer o levantamento bibliográfico e assim recuperar rapidamente informações, otimizando a organização da pesquisa.

públicas sociais e o ciclo de análise, bem como relata os resultados da investigação sobre a principal preferência temática dos cientistas brasileiros, utilizando-se, para tanto, da Plataforma Lattes. Questiona-se: (i) **como as políticas públicas municipais vêm sendo analisadas pela comunidade científica?** (ii) Há, por parte dos cientistas brasileiros, preferência entre políticas públicas direcionadas para alguma área? Se sim, quais são?

A justificativa para realizar uma pesquisa deste cunho encontra-se na necessidade de verificar a publicização das políticas públicas municipais como área de estudo. Outra motivação é a necessidade de encontrar referencial teórico sobre as especificidades das políticas públicas municipais, se existirem. Como afirma Teixeira (2002), uma das particularidades e dificuldades de políticas públicas locais é a questão orçamentária.

Os processos metodológicos do presente estudo decorrem de pesquisa bibliográfica, utilizando-se de artigos, livros para a parte de conceituação, que consiste nas duas primeiras etapas, as quais versam sobre políticas públicas e ações afirmativas. Também foi realizada uma revisão sistemática sobre políticas públicas municipais e locais, na Plataforma Lattes, para verificar como os(as) pesquisadores(as) abordam em seus estudos essa temática.

O presente artigo⁵ foi estruturado em quatro partes: na introdução, faz-se a contextualização do tema e a apresentação da metodologia desenvolvida. A segunda parte é o desenvolvimento em que se apresentam conceituações sobre políticas públicas e sobre ações afirmativas. Na terceira, sistematiza-se a pesquisa na Plataforma Lattes. Ao fim, a conclusão contempla a importância da pesquisa em políticas públicas municipais.

1 Políticas públicas, conceitos, ciclo de análise e tipologias

Nesta seção pretende-se conceituar as políticas públicas, explicitar suas características e peculiaridades, analisar os ciclos em que elas se inserem e se movimentam diante das demandas da sociedade, bem como as suas tipologias: a política regulatória, a política distributiva, a política redistributiva e as políticas construtivas.

A política pública, como área de conhecimento, no meio acadêmico, surgiu em 1909, nos Estados Unidos, com uma abordagem que buscou analisar as ações de governo, ao contrário do modelo de análise europeu, em que as políticas públicas estavam diretamente vinculadas à função do Estado. Por consequência, esse país lidera, desde então, o número de publicações sobre essa temática, enquanto o Brasil ocupa quarto lugar (GIANEZINI, 2014a). O trabalho desenvolvido nos Estados Unidos fez surgir a política pública também como um objeto de análise (SOUZA, 2006).

O conceito de política pública foi inicialmente analisado por distintos autores (LASWELL, 1936; SIMON, 1957; LINDBLOM, 1959; 1979; EASTON, 1965). É uma área do conhecimento que adentra no campo da ciência política. Ocupa-se com as questões que envolvem o meio social e que produzem efeitos específicos, por meio de ações diretas ou indiretas do governo e seguindo os questionamentos das demandas da sociedade (SOUZA, 2006). No Brasil, alguns dos autores que versam sobre as políticas públicas e se encontram referenciados neste artigo são: Frey (2000); Hofling (2001); Teixeira (2002); Raeder (2014); Rua e Romanini (2014); Secchi (2015); Souza (2006) e Gianezini *et al.* (2017).

Em termos mais abrangentes, a ciência das políticas públicas é relativamente recente, difundida na América do Norte e na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Estudou primeiramente a vida política, na dimensão normativa e moral do Estado, além dos detalhes de funcionamento das instituições políticas. Os estudiosos buscavam entender a filosofia da política ocidental,

⁵ Importante salientar que uma versão preliminar, portanto, muito sucinta desse texto foi apresentada na XI Semana de Ciência e Tecnologia da UNESC (*vide* GIANEZINI *et al.*, 2020).

aprofundando-se na arte de governar e nas atividades necessárias para garantir uma vida feliz aos cidadãos (ZEIFERT; STURZA, 2019).

Para conceituar a área de estudo, é preciso considerar seu caráter interdisciplinar, em que há, para realizar suas análises, elementos da Sociologia, da Economia, da Antropologia e do Direito. Souza (2006) e Teixeira (2002) apresentam os conceitos aqui adotados. Souza (2006) explana que:

Pode-se (...) resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

Teixeira (2002), por sua vez, trabalha a ideia de que as políticas públicas são cercadas por diretrizes que norteiam a relação do Estado com a sociedade. As políticas públicas, desta forma, englobam as ações políticas feitas para atender às demandas sociais, bem como a regulação de uma sociedade e seu Estado de bem-estar social a partir do suprimento das necessidades básicas de uma determinada população e, assim, são transformadas em instrumentos que estabelecem as ações a serem desenvolvidas e os recursos a serem utilizados para tal.

Para Zeifert e Sturza (2019, p. 116), "as políticas públicas são responsáveis pelas atividades do Estado, e possuem como objetivo causar determinado efeito ou diferença, direta ou indiretamente, na sociedade". Nessa perspectiva, impactam, portanto, na vida das pessoas que vivem em determinado local e que estão submetidas às consequências provocadas pelas políticas públicas.

Hofling (2001) ressalta que as políticas públicas não se configuram apenas como políticas estatais, uma vez que há a comunicação entre o Estado e seus órgãos e agentes da sociedade civil. As políticas públicas estão diretamente ligadas às questões que atingem a coletividade. E a sociedade civil organizada reivindica direitos e levanta necessidades muitas vezes desconhecidas ou ignoradas pelas políticas públicas.

No Brasil, o debate sobre a reforma da ação do Estado na área social foi impulsionado na década de 1980, no âmbito do processo de democratização do país. As reformas definidas, que inspiraram iniciativas governamentais de oposição e consolidaram-se na Constituição de 1988, tiveram como eixos a democratização dos processos decisórios e a equidade dos resultados das políticas públicas, sendo a democratização vista como condição da equidade dos resultados (ZEIFERT; STURZA, 2019).

Para a análise das políticas públicas utiliza-se a forma cíclica como modelo teórico. O ciclo, segundo Raeder (2014), foi estabelecido por Lasswell (1936), com sete estágios de análise: "(1) informação, (2) promoção, (3) prescrição, (4) invocação, (5) aplicação, (6) término e (7) avaliação" (RAEDER, 2014, p. 128). Na sequência, autores como Souza (2006) o alteraram, passando a considerar seis estágios: (1) definição da agenda, (2) identificação das alternativas, (3) avaliação das opções, (4) seleção das opções, (5) implementação, e, (6) avaliação. O ciclo de políticas públicas utilizado para o presente trabalho é o explanado por Frey (2000), uma vez que não há a fase de extinção, em convergência com o objeto estudado:

Figura 1 – Ciclo das políticas públicas



Fonte: Elaborado a partir de Frey (2000).

Frey (2000) estabelece que: (1) a fase de percepção e definição de problemas: para que se inicie o ciclo, é necessária a percepção de alguma situação específica, algum problema de relevância social, evidenciado por meio de grupos sociais, da mídia, ou da própria administração pública; (2) a fase de “*agenda-setting*”: é o momento de decisão sobre se a problemática entrará na pauta política ou será deixada para a posteridade. Para a tomada dessa decisão, é necessária uma análise preliminar; (3) a fase de elaboração de programas e decisão: normalmente, nesta fase é realizada a escolha de um plano de ação previamente acordado pelos atores envolvidos na discussão; (4) a fase de implementação da política: é a fase em que se analisam os resultados práticos em comparação com o projeto, e se reflete sobre quais os motivos que levaram a certos pontos da política e/ou do processo de implementação a não se concretizarem; (5) fase de avaliação da política – eventual correção da ação: é a fase em que se observam os impactos da política e se avalia se cabe realizar seu término, no caso de obtenção de sucesso, ou no caso negativo se encaminha a correção da política ou elaboração de novos projetos de ação (FREY, 2000).

As políticas públicas podem ser descritas por tipologias que também podem ser utilizadas para análise das políticas com base em variáveis observáveis. Considerando-se as áreas em que a política se desenvolverá, a tipologia desenvolvida por Theodore J. Lowi, foi formulada por ele em 1964. Para facilitar o entendimento, Lowi (1964) apresenta quatro tipologias, utilizadas e descritas por Secchi (2015) e Rua e Romanini (2014), a seguir sistematizadas.

Quadro 1 – Tipologias de Lowi

TIPOLOGIAS	DEFINIÇÕES	EXEMPLOS
Regulatória	Tem como caráter a obrigatoriedade, por meio de condições, obrigações, fazer e deixar de fazer.	Códigos positivados
Distributiva	Objetiva atingir grupos específicos, em que o recurso é obtido na sociedade em geral.	Emendas orçamentárias
Redistributiva	Atinge grupos específicos, assim como a distributiva, o que a difere da outra é que o recurso é obtido por meio de uma parcela específica da sociedade.	Reforma agrária
Constitutivas	Constituem as normas e regras, de modo que as demais políticas públicas deverão ser nela baseadas para sua criação.	Sistema Eleitoral

Fonte: Adaptado de Secchi (2015) e Rua e Romanini (2014).

Vale ressaltar que devido à complexidade das políticas públicas, poderá haver a transversalidade desses conceitos, aplicando-se mais de uma tipologia em uma única política. Cabe ressaltar que as tipologias se diferenciam pela adoção de diferentes critérios de análise (SECCHI, 2015). A análise de políticas públicas é conhecida como *policy analysis*, em que se tem três variáveis distintas que exercem uma transversalidade. A primeira delas é a *polity*, campo em que estão presentes as instituições, a configuração político-administrativa. A segunda variável é a *politics*, que consiste nos processos de tomada de decisão e a *policy*, que é a variável material, a concretização em programas (FREY, 2000).

A avaliação das políticas públicas e programas governamentais deveria levar em consideração essas três dimensões. Os(as) pesquisadores(as) desta área, contudo, enfrentam dificuldades em estabelecer essa conexão, por diversos motivos, como a falta de recursos e a necessidade de uma avaliação rápida para otimização do programa. Algumas políticas setoriais, que geram maior índice de polêmicas e discussões, demonstram que há essa interconexão entre as decisões e discussões políticas (FREY, 2000).

No campo das decisões, as políticas diferem-se em dois campos: a) o campo em que a decisão é tomada voluntariamente pelo *policy-maker*, em que já há uma percepção do problema, bem como existe um cronograma flexível para que se trabalhe aquela situação; b) o campo em que houve alguma imposição para que o *policy-maker* agisse, tanto por pressões externas e internas quanto pela nebulosidade do problema, em razão de não haver uma percepção clara do que deve ser feito. Essa percepção de necessidade de ação pode surgir de diferentes grupos, como, por exemplo, da sociedade civil organizada e do poder legislativo, não partindo necessariamente somente do poder executivo (MONTEIRO, 2006).

Há, nas políticas públicas, diferentes atores, que estão divididos em dois grupos: os estatais e os privados. O estatal é composto pelas pessoas eleitas – por exemplo, os(as) deputados(as), os(as) vereadores(as), o(a) prefeito(a) – e pelos(as) servidores(as) públicos, que atuam na parte burocrática das políticas públicas, fornecendo e subsidiando os(as) eleitos(as) na fase de concepção e manutenção de uma política pública. O grupo privado é formado por pessoas que não estão ligadas diretamente ao governo, ao Estado, à administração pública, todavia estão envolvidos nessas políticas – por exemplo, os sindicatos, as associações da sociedade civil organizada, os grupos de interesse e a imprensa (CALDAS, 2008).

Então, nesse processo é importante, para a política pública, os embates entre os atores, durante os quais há discussões, debates, eventualmente podendo haver ameaças e também a execução de ordem, inclusive a obstrução por parte de um ator, para que se pare, se estagne a política pública, de forma que os atores interessados percam momentaneamente o interesse

por ela. Dessa forma, ao pensar as relações de poder, tem-se duas categorias: a pluralista, em que todos os atores têm uma mesma chance de vencer e a de classe ou elitista, em que os interesses são definidos por quem possui poder econômico, por exemplo (RUA, 1997).

Como dito na Introdução, no Brasil as políticas públicas podem ser nacionais, estaduais ou municipais⁶ e, como também já afirmado, este artigo focaliza-se nesta última categoria, sobre a qual se observa que há uma dificuldade em termos de recursos, no que concerne à esfera administrativa. Salienta-se que, na esfera municipal, as políticas públicas recebem somente de 18% a 20% da renda tributária global (TEIXEIRA, 2002) e que a captação de recursos próprios, por meio de impostos e demais tributos, não gera receita suficiente para que os municípios consigam estabelecer políticas públicas sem o auxílio das outras esferas de poder (TEIXEIRA, 2002). As competências, tanto da União quanto dos estados e dos municípios, são concorrentes nas áreas em que há necessidade de políticas públicas, como saúde, alimentação, saneamento e educação (TEIXEIRA, 2002), o que é um indicativo de que não há impedimento legal para tais políticas públicas.

2 Políticas sociais e ações afirmativas

Nesta seção apresentam-se e conceituam-se políticas sociais e ações afirmativas. Em um primeiro momento, observam-se os tensionamentos entre os conceitos de políticas públicas e políticas sociais. Após, faz-se uma descrição das políticas sociais com a categorização das ações afirmativas.

Primeiramente, é impreterível distinguir políticas públicas de políticas sociais. As políticas públicas constituem-se de forma a serem "(...) a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público" (CALDAS, 2008, p. 5).

As políticas sociais apresentam-se como uma categoria das políticas públicas, que a coloca como ações governamentais que visam proteger grupos específicos. Desse modo, conclui-se que as políticas sociais devem observar as "armadilhas" formadas em seu próprio conceito, uma vez que é necessária a observância de que governo está realizando esta política social, de que forma ele a realiza, a partir de que grupo esta demanda surgiu e a quem ela visa proteger ou beneficiar (VIANNA, 2002).

Para Bucci (2001), a expressão "políticas públicas" pode ser provisoriamente definida como o conjunto de programas de ação governamental voltados à concretização de direitos. Ao se pensar as políticas públicas caracterizadas como promotoras e garantidoras dos direitos fundamentais, pode-se afirmar que as políticas, independentemente de sua natureza, encontrariam seu fim em uma política social.

Em que pese o fato de as políticas sociais poderem ser realizadas em qualquer tipo de governo, são feitas de diferentes formas no decorrer do tempo. Com a Lei dos Pobres, por exemplo, o Estado buscou garantir que os trabalhadores pobres e aqueles que não tinham trabalho de forma a que se enquadrassem em uma política social, fossem amparados, num período de transição para o capitalismo, configurando-se, então, como o primeiro momento das políticas sociais.

Em um segundo momento, salienta-se a política de proteção social adotada por Otto Von Bismark, o chanceler de ferro da Alemanha, por volta do ano de 1880, que visou assegurar condições para os trabalhadores frente ao capitalismo já consolidado. Porém, ao mesmo tempo, foi um meio de cercear a força dos sindicatos organizados pelos trabalhadores (VIANNA, 2002).

⁶ Está sendo realizada, com a previsão de conclusão para fevereiro de 2022, uma pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico sob o mote "políticas públicas municipais para a educação superior em Santa Catarina (SC)" em desdobramento ao presente estudo.

O terceiro momento aparece na expansão da democracia, durante o conhecido como Estado de Bem-Estar Social, em que a sociedade civil organizada, o parlamento e os partidos políticos obtêm mais representatividade, de forma a entrarem com mais poder nas disputas e negociações políticas, para a garantia de proteção social (VIANNA, 2002). No entanto, as políticas públicas sociais estão diretamente ligadas ao modelo de Estado vigente, em que o Estado Liberal produz a primazia da liberdade individual e a livre concorrência, enquanto o modelo de Estado de Bem-Estar Social, em seu cerne, trabalha com a ideia de serviços e ações voltadas aos indivíduos para que estes adquiram condições de sobrevivência em um sistema capitalista (HOFLING, 2001; ALMEIDA, 2011). Tem-se, portanto, a concepção de que as políticas sociais serão formuladas de acordo com o meio em que o governo foi concebido.

Ao se adentrar nas políticas sociais, podem-se identificar duas vertentes: políticas sociais universais e políticas sociais focalizadas. As universais são aquelas que constituem a promoção por parte do Estado de serviços e seguros fornecidos a todos de forma igual, em que todos possuem os mesmos direitos e possibilidades de acesso. As focalizadas são aquelas em que há as ações reparatórias, que buscam efetivar o acesso de grupos a direitos ditos universais (KERSTENETZKY, 2016). Dentro desse debate encontra-se a focalização e a universalização das políticas sociais, de modo que as políticas sociais focalizadas atingem grupos específicos, não impedindo que as políticas focalizadas sejam trabalhadas para complementar as universalistas, como ressalta Kerstenetzky:

Em uma sociedade onde o *déficit* de universalidade dos direitos legalmente garantidos seja baixo, onde oportunidades de realização sejam razoavelmente equânimes, a necessidade de focalização nesse segundo sentido será menos importante. Em contraste, em uma sociedade muito desigual, as políticas sociais terão necessariamente um componente de “focalização”, se quiserem aproximar o ideal de direitos universais a algum nível decente de realização (KERSTENETZKY, 2016, p. 571).

A liberdade de escolha depende da capacidade de cada indivíduo de ser livre para escolher o que considera valoroso, porém, para que isso ocorra, o indivíduo precisa ter a real oportunidade de efetuar suas escolhas. Há uma concepção de ser humano que não pode ser compreendida fora de seu contexto social, político, econômico e cultural. A capacidade de uma pessoa está diretamente relacionada às condições em que ela se insere (ZEIFERT; STURZA, 2019).

A partir destas considerações iniciais, cabe salientar as ações afirmativas, que se apresentam como políticas públicas sociais focalizadas de ação reparatória. As ações afirmativas nasceram na Índia, em 1950, logo após a sua independência da Inglaterra, como políticas voltadas a grupos historicamente discriminados (FERES JÚNIOR; DAFLON, 2015; GIANEZINI, 2014a). Nos Estados Unidos da América (EUA), as ações afirmativas começaram a surgir na década de 1960, momento em que o país passava por uma forte mudança e abolição das leis segregacionistas. Naquela ocasião, o movimento negro engajou-se e passou a exigir não somente leis antissegregacionistas, mas também a movimentação do Estado para que a população negra tivesse acesso a melhores condições de vida (MOEHLECKE, 2002; GIANEZINI, 2014a).

A Europa, a Argentina e a Malásia, entre outros países, começaram também a adotar políticas de ação afirmativa. Em cada um desses países, as políticas decorreram da realidade vigente naquele território, assim ficando não só restritas à questão racial, mas envolvendo outras minorias e sendo aplicadas em diferentes áreas, como a educação superior,⁷ o trabalho e a representação política, com diferentes formas, como, por exemplo, por meio de leis, políticas de cunho privado, público e ações voluntárias (MOEHLECKE, 2002; GIANEZINI, 2014a).

⁷ Registrado em Westrup e Gianezi (2018), as políticas públicas para a educação superior são frequentemente tomadas para objeto de estudo no GEU e os principais resultados publicados (BARRETTO, BARBOSA, GIANEZINI, 2016a; 2016b; 2016c; 2016d).

A simples menção ao princípio da igualdade no Brasil, por mais que estabelecido de forma legal na Constituição Federal de 1988, não acarreta igualdade, pois sabe-se da distância que há da legislação relacionada aos direitos humanos e a realidade da sociedade. Disso decorre a necessidade de se trabalhar com a ideia de igualdade material, cujo objetivo é diminuir as diferenças, minimizando as singularidades dos indivíduos para que estes tenham igualdade de oportunidades. Para tanto, tem-se utilizado as políticas sociais de ação afirmativa ou de discriminação positiva (FRANÇA, 2013).

A partir da Constituição de 1988, as políticas públicas passaram a ter outra conotação, uma vez que, finalmente, intensificou-se um movimento mais abrangente de reforma que envolvia iniciativas de todas as esferas de governo. Intensificaram-se, sobretudo, as iniciativas de governos municipais, que ampliaram significativamente suas ações no campo das políticas públicas sociais, promovendo, ainda, programas voltados ao desenvolvimento local (ZEIFERT; STURZA, 2019, p. 123).

Conceitualmente, as políticas públicas de ação afirmativa apresentam como característica a temporariedade e são “tomadas pelo Estado ou pela iniciativa privada, cujo intuito primordial é o de corrigir e compensar distorções históricas ou mesmo atuais (...) que acabaram por prejudicar certo grupo específico, seja por critérios de raça, etnia, religião, gênero etc.” (DUARTE, 2014, p. 1). Em consonância com esse conceito, Feres Júnior e Daflon (2015) dizem que as políticas de ação afirmativa são espécies de reparações para grupos que vêm sofrendo discriminação de forma recorrente, bem como para vítimas da desigualdade proveniente da má distribuição de renda.

O histórico de ações afirmativas no Brasil inicia em 2001, quando o país assina uma declaração em que se compromete com a criação de políticas de ação afirmativa que visam mitigar a discriminação racial. Em 2003, houve a criação de ações afirmativas que atingiram o ensino superior no estado Rio de Janeiro (RJ); posteriormente, por meio da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, as ações afirmativas atingiram as IES federais de todo o país, estabelecendo a reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (FERES JÚNIOR; DAFLON, 2015).

Piovesan (2008) elenca que existem tensões discutidas nas ações afirmativas. A primeira tensão é entre a igualdade material e igualdade formal. Enquanto os defensores das ações afirmativas asseguram que, por meio destas políticas, é possível a garantia da equidade, os opositores alegam que formalmente todos são iguais perante a lei. As divergências de opiniões decorrem de haver quem defenda essas ações para se manter uma sociedade mais justa, enquanto outros acreditam que todos devem ser tratados com igualdade, independentemente de suas condições históricas/sociais.

A segunda tensão, como já foi mencionado anteriormente, é entre políticas sociais universais e focalizadas. Um grupo de opositores afirma que as políticas focalizadas impediram a adoção de políticas universais, mas Piovesan (2018) discute essa posição, uma vez que, segundo a autora, nada impediria que fossem aplicadas de forma concomitante. Além disso, ressalta que as políticas universais vêm se mostrando ineficientes na redução das desigualdades (PIOVESAN, 2008), pois, quando adotadas as políticas universais, não se suprem as necessidades básicas de todos, sendo necessário que se adotem políticas públicas focalizadas para amenizar as desigualdades.

A terceira tensão apresentada é a de quem são os sujeitos beneficiados com as ações afirmativas, em que se tem a questão de classe social e etnia em conflito. Piovesan (2008) apresenta, nesse sentido, a complexa realidade brasileira e expõe *ipsis litteris*: “ora, a complexa realidade brasileira vê-se marcada por um alarmante quadro de exclusão social e discriminação como termos interligados a compor um ciclo vicioso, em que a exclusão implica discriminação e a discriminação implica exclusão” (PIOVESAN, 2008, p. 894). A falta de oportunidades é consequência

histórica que constitui um ciclo vicioso ao qual é difícil escapar e implica principalmente as classes sociais e etnias mais desfavorecidas, para as quais não se adotaram ações afirmativas.

A quarta tensão está relacionada à adoção de políticas públicas que implicam raça/etnia. Sobre essas políticas é frequente afirmarem que serviram para uma maior segregação. Piovesan (2008) combate essa perspectiva no sentido de estabelecer que estes termos foram utilizados para discriminação, razão por que, no momento, devem ser utilizados para a reparação necessária. Assim, é necessário que existam políticas públicas para amenizar as diferenças históricas de discriminação e falta de oportunidades.

A quinta tensão é sobre, especificamente, a política de cotas. Piovesan (2008) salienta que as cotas servem para se atingir o objetivo de pluralidade e diversidade que deveria estar presente nas instituições de ensino, as quais são hoje territórios predominantemente brancos. As políticas públicas precisam proporcionar, de forma justa, a mesma oportunidade para todos e, para cumprirem esse desígnio e atingirem seus objetivos, precisam adotar medidas que reparem ou pelo menos amenizem a injustiça social.

A noção de políticas públicas sofreu uma série de transformações e suas capacidades podem estar direcionadas para a instituição de políticas públicas voltadas para o respeito das necessidades humanas fundamentais e efetivação da justiça social. Apenas assim as políticas públicas poderão agir para alcançar o ideal de sociedade justa, de maneira a efetivar as demandas voltadas para as necessidades humanas fundamentais e colaborar com o processo de inclusão, garantindo o respeito aos direitos humanos (ZEIFERT; STURZA, 2019).

3 Revisão acerca das políticas públicas municipais na plataforma Lattes

Nesta seção pretende-se analisar, a partir de publicações sobre políticas públicas municipais, a sistemática do assunto, bem como entender o quanto há de desdobramento desta temática e, conseqüentemente, compreender qual a devida necessidade de exploração do tema. Com esta finalidade, apresenta-se, na sequência, a análise feita a partir da revisão bibliométrica da Plataforma Lattes.

Como apontado na introdução e visando responder aos questionamentos formulados, buscaram-se plataformas através das quais fosse possível observar os pesquisadores envolvidos em pesquisas sobre políticas públicas locais. Inicialmente optou-se por realizar uma pesquisa na Plataforma Lattes, utilizando os termos “política pública municipal” e “políticas públicas municipais”.

Em 1999, o CNPq lançou a Plataforma Lattes e por meio dela padronizou o Currículo Lattes como sendo o formulário de currículo a ser utilizados no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e do próprio CNPq. Desde então, o Currículo Lattes foi implantado em países como Colômbia, Equador, Chile, Peru, Argentina, além de Portugal, Moçambique e há outros em que o projeto se encontra em processo de implantação.

Os termos de pesquisa empregados foram: “política pública municipal” e “políticas públicas municipais”. A pesquisa inicialmente utilizou esses termos para mapear o número de pesquisadores(as) que, em algum momento de sua carreira, publicaram algo sobre políticas públicas municipais.

Rastrearam-se os currículos que contivessem esses termos, considerando o período temporal mais antigo disponível na referida base, o dia 14 de março de 2020. Os dados referentes aos documentos encontrados pela pesquisa foram registrados em um arquivo de texto para análise de mapeamento e desempenho.

Preliminarmente, 390 currículos Lattes foram encontrados. Na sequência, as duas primeiras palavras-chave (“política pública municipal” e, no plural, “políticas públicas municipais”) foram combinadas com o termo “Santa Catarina”, resultando em 90 currículos de pesquisadores(as) com diferentes níveis de formação. A pesquisa inicialmente utilizou os termos supracitados para mapear o número de pesquisadores(as) que, em algum momento de sua carreira, publicaram algo sobre políticas públicas municipais. Na Figura 2 consta uma ilustração da Plataforma Lattes:

Figura 2 – Exemplificativo de pesquisa

Fonte: Imagem obtida na Plataforma Lattes, 2020.

A partir dos 90 currículos, na segunda etapa: (i) buscou-se identificar as palavras-chave previamente selecionadas nos currículos e então (ii) catalogou-se o nome do(a) pesquisador(a); o tipo da publicação (se é artigo, dissertação, tese, trabalho completo apresentado em congresso, resumo apresentado em congresso ou resumo expandido apresentado em congresso); local de publicação (se em periódicos científicos, bibliotecas digitais ou anais de eventos).

Em seguida, foram identificados 23 currículos em que constavam as palavras-chave antes pesquisadas e em que o(a) pesquisador(a) era autor(a) ou coautor(a) de trabalhos científicos. Entretanto, dentre os 23 currículos, selecionaram-se somente 13 obras – que estavam disponíveis na internet à época da coleta de dados – de 14 pesquisadores(as) que já haviam sido identificados(as) anteriormente. Quanto à formação destes(as) 14 autores(as), uma era graduanda, um era mestre e 12 eram doutores(as). Dos trabalhos científicos, quatro foram publicados em anais de eventos, quatro eram artigos publicados em periódicos científicos, dois constituíam capítulos de livros, uma tese de doutorado e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como pode ser visualizado no quadro, a seguir.

Quadro 2 – Pesquisadores(as) e trabalhos identificados na Plataforma Lattes

(continua)

NOME ⁸	TÍTULO DO TRABALHO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	ANO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Clarissa Flôr	Plano de ação Florianópolis sustentável e as políticas públicas municipais: Análise das ações no cumprimento de objetivos	TCC	2018	Repositório UFSC

⁸ Os(as) pesquisadores(as) apresentados(as) no quadro são os identificados com base nos filtros aplicados, contudo alguns dos trabalhos são feitos em coautoria.

(conclusão)

NOME⁸	TÍTULO DO TRABALHO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	ANO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Verena Wiggers	A gestão das políticas públicas municipais: uma análise das propostas pedagógicas	Anais	2006	ANPED
Maritânia Minuscoli	Políticas públicas municipais de educação infantil: um estudo sobre o atendimento na faixa etária de zero a três anos - mais impasses do que possibilidades?	Dissertação	2016	Banco de Teses e Dissertações
Luciane Kantorski	Democracia e conquista: saúde mental como política pública municipal	Artigo	2015	Physis UERJ
Odimar Lorenset e Graziela Pereira	As contribuições da política pública municipal de Palhoça - SC no âmbito do desenvolvimento dos profissionais da educação	Artigo	2017	Revista Educacional Interdisciplinar
Luciane Bordignon	Permanência, continuidade e ressignificação na política pública educacional municipal: um estudo de caso	Dissertação	2008	Universidade de Passo Fundo
Benilson Borinelli	Avanços e limites da política pública de economia solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina (Pr)	Anais	2011	XXXV Encontro da ANPAD
Cláudia Rech	Avaliação da aplicabilidade e contribuição do plano diretor como instrumento de política pública municipal: o caso do espaço urbano de Belo Horizonte sob a ótica da gestão ambiental	Artigo	2012	Parlatorium
Soraya Côrtes	Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities	Capítulo de Livro	2007	Desigualdades Socioespaciais em Porto Alegre
Ednaldo Michellon	Avaliação do investimento em políticas públicas municipais e seus impactos: o caso de Munhoz de Mello/PR	Anais	2013	51º Congresso da SOBER
Elen Castanheira	Políticas públicas municipais de saúde: fortalecendo a democracia em pequenos municípios brasileiros	Artigo	2014	Revista Iberoamericana de Estudios Municipales
Henrique Kujawa	Políticas públicas no Brasil: uma leitura da relação entre Estado e sociedade civil nos conselhos de políticas públicas municipais	Anais	2014	VIII Mostra de Inic. Científica e Ext. Comunitária
Paulo Brene	Ensaio sobre o uso da matriz insumo-produto como ferramenta de políticas públicas municipais	Tese	2013	UFPR
Daniel Massimino	Políticas públicas municipais e sustentabilidade: isto também é interesse local	Capítulo de Livro	2015	Direitos sociais e políticas públicas

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Como apresentado no Quadro 2, os trabalhos identificados na Plataforma Lattes como “políticas públicas municipais”, versam sobre as áreas de educação, mais especificamente educação básica, ou seja, não houve nenhum trabalho especificamente sobre a educação superior, revelando a carência de estudos sobre políticas públicas municipais para esse nível educacional registrados nos currículos da Plataforma Lattes. Outra área contemplada pelos trabalhos observados foi a administração, sobre a gerência destas políticas; a área de saúde como política municipal também foi abordada, além de sustentabilidade e a questão urbana.

Cabe salientar que a pesquisa buscou trabalhos que versavam exclusivamente sobre políticas formuladas, implementadas e executadas em sua integralidade por municípios. Desta forma, políticas nacionais e estaduais estudadas com *locus* em municípios não foram categorizadas. Mais do que identificar os(as) pesquisadores(as) brasileiros que trabalham com políticas públicas municipais, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre o teor dessas obras. Nesse sentido, ainda que rapidamente, apresenta-se cada uma dessas obras, destacando-se os seus objetivos e os principais resultados alcançados.

O TCC de Flôr (2018) é uma análise sobre o plano de desenvolvimento sustentável em Florianópolis. Investigou a implantação desse plano e avaliou quantas metas haviam saído do projeto, utilizando-se do arcabouço teórico voltado à administração pública, administração municipal, políticas públicas e sustentabilidade. Ao final, a autora concluiu que não houve implementação das propostas do Plano Diretor e que as principais dificuldades para a implementação ocorreram devido às mudanças de governo e à falta de continuidade dos compromissos assumidos em gestões passadas (FLÔR, 2018).

O trabalho de Wiggers (2006) versa sobre os planos pedagógicos dos municípios de Santa Catarina (SC). É um trabalho que se atém à metodologia aplicada, descrevendo como foi feita a aplicação de questionários e o processo que envolve. Também explicita outras pesquisas que desenvolveu durante a carreira acadêmica, mas o questionário em si que foi aplicado não é descrito nesse trabalho. Diversas observações foram feitas em seu estudo, dentre elas a questão da descentralização de alguns aspectos da educação brasileira que possibilitam um contexto inovador e que, ao mesmo tempo, podem servir de recuo na universalização das políticas educacionais. Wiggers (2006) apresenta, como um dos resultados desse processo metodológico, a surpresa dos entrevistados ao receberem uma resposta e a exposição da pesquisa após ter sido findada, uma vez que, segundo alegaram, normalmente participam de pesquisas, mas não recebem informações sobre os seus resultados.

A tese de Minuscoli (2016) foi sobre a educação básica, especialmente sobre a educação de crianças de zero a três anos, um estudo de caso no município de Concórdia, em SC. O autor observou o histórico de políticas públicas educacionais voltadas a crianças nessa faixa etária, bem como a legislação que permeou tais políticas. Ao fim de seu estudo, menciona que, embora existam avanços assistenciais e educativos importantes, evidenciados em longo prazo, ainda existem muitas dificuldades nas políticas públicas relacionadas à disponibilidade de vagas em instituições infantis, principalmente para bebês e crianças de zero a três anos. Sendo assim, o autor conclui que ainda se faz necessário o desenvolvimento e planejamento de ações mais efetivas que superem os desafios políticos, sociais e econômicos presentes em nosso país.

O trabalho, identificado na revisão como Kantorski (2015), foi desenvolvido em coautoria com Felippon e Saeki (2015). Os autores, no artigo intitulado “Democracia e conquista: Saúde Mental como política pública municipal”, relatam pesquisa sobre a reforma psiquiátrica brasileira e a Lei Municipal de Saúde Mental do município de Alegrete, no Rio Grande do Sul (RS) e sobre como essa lei é importante para assegurar direitos fundamentais. O autor e os coautores concluem que os manicômios demonstraram, ao longo de anos, sua completa incapacidade de

reabilitam socialmente os indivíduos, de normatizá-los, produzindo a necessária contestação, que foi materializada pela Reforma Psiquiátrica.

Lorenset e Pereira (2017) apareceram ambos na revisão sistemática, por meio do mesmo trabalho, desenvolvido em coautoria com Francisco e dos Santos (2017). Eles buscaram identificar a participação da política pública local desenvolvida pela cidade de Palhoça, em SC, na formação docente e os reflexos dessa formação na educação básica. Por meio das análises realizadas a partir de entrevistas, os autores consideraram que existe uma urgência relacionada às políticas públicas educacionais do município.

A dissertação de mestrado de Bordignon (2008) foi desenvolvida com base em uma política pública municipal, voltada para o ensino básico. Ao fim de sua pesquisa, o autor diz acreditar ser possível a elaboração e efetivação de uma política pública educacional que transponha a gestão administrativa, superando o plano governamental e garantindo a independência de seus pares.

Borinelli, Ferreira, Pereira, Gonçalves e Dutra (2011), em trabalho identificado por meio do currículo Lattes de Borinelli, publicaram um estudo sobre a Política Municipal de Economia Solidária do Município de Londrina, no Paraná (PR) e a eficácia das incubadoras para o desenvolvimento da autonomia das cooperativas. Para os autores, a maior parte dos desafios pessoais e institucionais encontrados é formada de embates não apenas tecnológicos, mercadológicos ou corporativos, mas políticos e ideológicos.

O trabalho de Oliveira, Baia e Rech (2013), identificado por Rech na revisão sistemática, é um trabalho que teve como objetivo observar o plano diretor do município de Belo Horizonte, em Minas Gerais (MG) e sua participação na efetivação do plano de gestão ambiental, utilizando como temática a sustentabilidade. Os autores puderam concluir que o Plano Diretor de Belo Horizonte necessita de um monitoramento contínuo e que, por exemplo, a questão habitacional tem potencial para se tornar um problema.

Observa-se, então, uma gama de trabalhos científicos registrados na Plataforma Lattes sobre o tema em questão, equalizando essa temática tão importante que são as políticas públicas. Dentre estes trabalhos analisados, os autores frisam a importância de haver o desenvolvimento e o aprimoramento das políticas públicas educacionais, enfatizando que, assim, consequentemente as ações serão mais efetivas e contribuirão para o crescimento do país, além de beneficiar a população.

Considerações finais

Inicialmente, este trabalho trouxe considerações sobre os conceitos de políticas públicas, políticas sociais e ações afirmativas. O ciclo de análise também foi apresentado, com o objetivo de traçar considerações iniciais para se pensar uma política pública, uma vez que está relacionado ao Grupo de Estudo em Universidade (GEU) e às pesquisas que estão e serão desenvolvidas por seus integrantes. As políticas públicas podem garantir o bem-estar e o desenvolvimento dos cidadãos, em especial as políticas públicas voltadas ao acesso ao ensino superior, bem como suas ações afirmativas para a correção das desigualdades históricas, como a política de cotas, contribuindo para proporcionar uma sociedade mais justa e com mais oportunidades.

Com este trabalho buscou-se analisar as revisões bibliométricas sobre as políticas públicas municipais, porém encontraram-se poucos trabalhos a respeito e, relacionados à educação superior, nenhum. Percebe-se, portanto, que há duas questões sobre as quais refletir: a falta de exploração do assunto, bem como a existência de pequena expressão das ações municipais para o acesso ao ensino superior. Os trabalhos identificados como políticas públicas municipais contemplavam as áreas de administração, versavam sobre a gerência dessas políticas; abordavam também a área de saúde como política municipal, além de sustentabilidade e questão urbana.

Apesar de serem escassos os estudos relacionados a políticas públicas voltadas à educação superior, podemos considerar, com base nos trabalhos de cientistas brasileiros citados neste artigo, que existe uma urgência de ações mais efetivas em todos os níveis da educação, desde a básica até a educação superior. Entende-se, também, que as políticas públicas municipais estão pouco voltadas à educação superior. Sabe-se que há uma divisão de poderes e recursos entre as gestões municipais, estaduais e federais, porém é de extrema importância este olhar na gestão municipal, pois a falta de incentivos pode prejudicar o desenvolvimento do município, que não necessariamente este precisa desembolsar recursos, mas precisa estar atento a ações que promovam e incentivem a vinda de universidades e investimentos locais em sua área.

Na coleta de dados para este artigo não se levou em consideração produções técnicas, orientações, palestras e consultorias, sendo essa uma sugestão de inclusão em futuras pesquisas, no que diz respeito à Plataforma Lattes. Outra sugestão para futuras pesquisas está ligada ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Notou-se que, nas pesquisas apresentadas na Plataforma Lattes, as áreas de estudos identificadas tinham como objetivo a garantia de direitos fundamentais, como educação, saúde, meio ambiente, urbanização. O estudo, então, de políticas públicas no âmbito municipal tem importância, uma vez que estão ligadas à competência constitucional do ente em questão. Assim, como se desenvolvem pesquisas em âmbito nacional e estadual, é importante a observação das políticas que estão sendo criadas e mantidas nos municípios.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que outorgou bolsa de mestrado para a segunda e a terceira autora; ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pela concessão de três bolsas de iniciação científica para os(as) autores(as) que estão na graduação e de uma bolsa de iniciação científica júnior para o autor que está no ensino médio; e à Rede GEU, pelo apoio na realização da pesquisa. Este artigo foi finalizado durante a realização de estágio no exterior como Professor Visitante da primeira autora, sob a égide do Programa Institucional de Capacitação Docente da UNESCO, junto a University of Florida (UF). Logo, os agradecimentos se estendem também à UNESCO, pela prerrogativa de afastamento remunerado e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), pelo incondicional apoio nesta experiência que lhe potencializará a internacionalização.

Abstract: Public policies are developed to be implemented at national, state and municipal levels. Therefore, it is also the responsibility of the municipalities to create public and social policies. One of the objectives of the article is to investigate which types of municipal public policies are the main preference for analysis by Brazilian scientists. The purpose is to measure which subjects

appear more frequently in the studies and verify if this is a possible reflection of the public policies made in the municipal space.

Keywords: Public policies; social policies; socioeconomic development

Referências

- BARBOSA, G.; BARRETTO, L.; GIANEZINI, K. Pesquisa sistemática acerca de políticas públicas e ensino superior na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (1978/2016). In: *Anais... I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas*, 2016, Criciúma. Anais da I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2016a.
- BARRETTO, L.; BARBOSA, G.; GIANEZINI, K. Conceitos, definições e constatações: estudo sobre as políticas públicas e as ações afirmativas na educação superior. In: *Anais... VII Semana de Ciência e Tecnologia*, 2016, Criciúma. Anais da VII Semana de Ciência e Tecnologia. Criciúma: UNESCO, 2016b.
- BARRETTO, L.; BARBOSA, G.; GIANEZINI, K. Estudo das políticas públicas e ações afirmativas na educação superior. In: *Anais... XII Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (SEPesq) e XVIII Jornada de Iniciação Científica*,

- 2016, Porto Alegre. Anais XII Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (SEPesq) e XVIII Jornada de Iniciação Científica, 2016c.
- BARRETTO, L.; BARBOSA, G.; GIANEZINI, K. Políticas públicas e ações afirmativas: diferença entre programas governamentais. In: *Anais... II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: Políticas de Formação nos Países Ibero-Americanos, 2016*, Criciúma. Anais do II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: Políticas de Formação nos Países Ibero-Americanos, p. 779-781, 2016d.
- BARRETTO, L.; BARBOSA, G.; GIANEZINI, K. Políticas públicas e ensino superior: revisão sistemática no Banco de Teses da Capes (2011-2012). In: *Anais... VII Semana de Ciência e Tecnologia, 2016*, Criciúma. Anais da VII Semana de Ciência e Tecnologia. Criciúma: UNESC, 2016e.
- BIZELLI, J. L.; BIZELLI, S. S. K.; CASTANHEIRA, E. R. L. Políticas públicas municipais de saúde: fortalecendo a democracia local em pequenos municípios brasileiros. *Revista Iberoamericana de Estudios Municipales*, v. 9, p. 149-171, 2014.
- BORDIGNON, L. S. *Permanência, continuidade e ressignificação na política pública educacional municipal: um estudo de caso*. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.
- BORINELLI, B.; GONÇALVES, D. M.; DUTRA, I. S., LUZIO DOS SANTOS, L. M.; FERREIRA, T. E. S. Avanços e limites da política pública de economia solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do programa municipal de economia solidária de Londrina – Paraná. In: *Anais... Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD*. Rio de Janeiro, 2011.
- BRENE, P. R. A. *Ensaio sobre o uso da matriz insumo-produto como ferramenta de políticas públicas municipais*. 2013. 106 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BUCCI, M. P. D. et al. *Direitos humanos e políticas públicas*. São Paulo, Pólis: 2001.
- CALDAS, R. W. (Coord.). *Políticas públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.
- CÔRTEZ, S. V. Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização o movimento popular e policy communities. In: *Anais... 26º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu, 2002.
- CROCETTA, B. B.; GIANEZINI, K.; FRANCO, M. E. D. P.; GROSS, J. O Estado somos nós! Uma análise da importância do cidadão na tomada de decisões e na conquista de direitos. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 32, p. 4, out./dez. 2016.
- DUARTE, A. C. *A Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, abr. 2014. Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 23 jul. 2020.
- EASTON, D. A *Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.
- FERES JUNIOR, J.; DAFLON, V. T. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre retórica acadêmica. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 92-123, set./dez. 2015.
- FILIPPON, J. G.; KANTORSKI, L. P.; SAEKI, T. Democracia e conquista: Saúde Mental como política pública municipal. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 187-208. jan./mar. 2015.
- FLÔR, C. S. *Plano de Ação Florianópolis Sustentável e as Políticas Públicas Municipais: análise das ações no cumprimento de objetivos*. 2018. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- FRANÇA, M. G. L. Ações afirmativas e o princípio da igualdade: cotas para negros em universidades públicas. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho - PR, n. 15, p. 13-39, fev. 2013.
- FREY, K. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2000.
- GIANEZINI, K. *Educação e sociedade: a expansão do ensino superior jurídico e o acesso de minorias étnicas*. 2014. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- GIANEZINI, K. Public Policies and Affirmative Actions in Higher Education: a Brazilian contemporary experience. *American International Journal of Contemporary Research*, v. 4, n. 8, p. 92-99, ago. 2014.
- GIANEZINI, K. et al. A educação superior em Santa Catarina: expansão, interiorização e políticas públicas. *DI@ LOGUS*, Cruz Alta, v. 7, n. 2, p. 5-27, maio/ago. 2018.
- GIANEZINI, K. et al. A formação da carreira científica no âmbito de grupos de pesquisa: percepções e práticas de iniciação científica em um curso de direito. *Holos* (Natal. Online), v. 32, n. 4, p. 339-351, set. 2016.
- GIANEZINI, K. et al. Políticas públicas municipais: políticas sociais, ações afirmativas e uma revisão na Plataforma Lattes. In: *Anais... XI Semana de Ciência e Tecnologia da UNESC*, 2020.
- GIANEZINI, K. et al. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. *Revista de Políticas Públicas da UFMA*, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017.
- HOFLING, E. de M. Estado e políticas públicas sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- KERSTENETZKY, C. L. Políticas sociais: focalização ou universalização? *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 26, n. 4, p. 564-574, dez. 2006.

- KUJAWA, H.; PIES, M. Políticas públicas no Brasil: Uma leitura da relação entre Estado e sociedade civil nos conselhos de políticas públicas municipais. *In: Anais... VIII Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária e VII Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação da IMED. Passo Fundo, 2014.*
- LASWELL, H. D. *Politics: Who Gets What, When, How.* Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.
- LINDBLOM, C. E. The science of muddling through. *Public Administration Review.* v. 19, n. 2, p. 79-88, 1959.
- LOWI, T. American business, public policy, case studies and political theory. *World Politics,* v. 16, n. 4, p. 677-715, jul. 1964.
- MINUSCOLI, M. F. *Políticas municipais de educação infantil: um estudo sobre o atendimento na faixa etária de zero a três anos – mais impasses do que possibilidades?* 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2016.
- MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa,* São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.
- MONTEIRO, J. V. O processo decisório de política. *In: SARAVIA, E; FERNANDES, E. (Org.). Políticas Públicas.* Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1.
- OLIVEIRA, D. S.; BAIA, J. P.; RECH, C. M. C. B. Avaliação da aplicabilidade e contribuição do plano diretor como instrumento de política pública municipal: o caso do espaço urbano de Belo Horizonte (MG) sob a ótica da gestão ambiental. *Parlatorium,* Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2012.
- RAEDER, S. T. O ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas,* Belo Horizonte, v. VII, n. 13, p. 121-146, jan./jun. 2014.
- RUA, M. das G.; ROMANINI, R. *Para aprender políticas públicas.* Unidade IV – Tipologia e Tipos de políticas públicas, 2014.
- RUA, M. G. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos.* Programa de apoio à gerência social no Brasil – BID, 1997.
- SANTOS, S. dos; FRANCISCO, M. P.; RAUPP, G.; LORENSET, O. As contribuições da política pública municipal de Palhoça - SC no âmbito do desenvolvimento dos profissionais da educação. *REDIN - Revista Educacional Interdisciplinar,* Rio Grande do Sul, v. 6, n. 1, p. 1-12, out. 2017.
- SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.* 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- SERATO, C. D.; MICHELLON, E.; SCHIER, L. Avaliação do investimento em políticas públicas municipais e seus impactos: o caso de Munhoz de Mello/PR. *In: Anais... 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2013, Belém.* Brasília: SOBER, 2013. v. 1.
- SIMON, H. *Comportamento Administrativo.* Rio de Janeiro: USAID, 1957.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias,* Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. *Revista AATR-BA,* Salvador, p. 1-11, 2002.
- VIANNA, M. L.W. *Em torno do conceito de política social: notas introdutórias.* IE/UFRJ, 2002. Disponível em: <http://antigo.ena.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.
- WESTRUP, M. P. R.; GIANEZINI, K. Premissas sobre universidade, políticas públicas e a teoria dos campos. *Humanidades & Inovação,* v. 5, n. 8, p. 100-111, 2018.
- WIGGERS, V. A gestão das políticas públicas municipais: uma análise das propostas pedagógicas. *In: Anais... 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2006, Caxambú-MG. Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: Desafios e Compromissos, 2006.*
- ZAGURSKI, A. T. S; MASSIMINO, D. M. Políticas públicas municipais e sustentabilidade: isto também é interesse local. *In: VASCONCELOS, A. G. de; SILVEIRA, S. S. da; XIMENES, J. M. (Org.). Direitos sociais e políticas públicas I.* Florianópolis: CONPEDI/ UFMG/ FUMEC/ ESDHC, 2015.
- ZEIFERT, A. P. B.; STURZA, J. M. As políticas públicas e a promoção da dignidade: uma abordagem norteada pelas capacidades (capabilities approach) propostas por Martha Nussbaum. *Revista Brasileira de Políticas Públicas,* v. 9, n. 1, p. 114-126, 2019.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GIANEZINI, Kelly; BARRETTO, Letícia Manique; MANGILI, Aline Cardoso; MACHADO, Marcos Soares; BITENCOURT, Augusto; VITORINO, Tainá dos Santos; MONTEIRO, Nando Casagrande. Políticas públicas municipais: uma revisão na Plataforma Lattes. *Controle Externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás,* Belo Horizonte, ano 2, n. 4, p. 31-47, jul./dez. 2020.
